

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) E A QUALIDADE DO ENSINO

Maria Beatriz Fernandes¹; Maria Emanuela da Silva Souza²; Jéssica V. M. Fernandes³;
Maria Arielly de Lima⁴; Ciclene Alves da Silva⁵

*¹⁻⁴Discentes do 5º período de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-CAMEAM/UERN beatrizfernandes98@hotmail.com;
emanuelasilva007@hotmail.com; jessimenezesfernandes@hotmail.com;
arielly326@gmail.com.*

*⁵Profª Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Docente regular na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN/CAMEAM, Pau dos Ferros – RN, ciclenealves@bol.com.br.*

RESUMO: Educadores, em geral, acreditam que é preciso estabelecer padrões e critérios de avaliação da educação como uma forma de monitoramento dos rendimentos dos sistemas de ensino no Brasil. Para isso, o Ministério da Educação construiu um método avaliativo, que busca determinar a qualidade do ensino da educação básica, o IDEB. O objetivo deste trabalho é discutir a relevância do IDEB, enquanto medidor da qualidade do ensino, em uma escola estadual da cidade de Pau dos Ferros/RN. A pesquisa assume um caráter bibliográfico e de campo, com uma abordagem qualitativa. Os sujeitos partícipes desta investigação foram: o gestor, a coordenadora pedagógica e um professor. Os resultados obtidos demonstram que o IDEB é considerado pelos profissionais da escola pesquisada, um mecanismo de relevante importância enquanto medidor da qualidade do ensino, tendo em vista que a instituição utiliza-se desses devidos resultados, para repensar suas práticas pedagógicas, porém, destacam também, que apenas esse indicador para medir a qualidade, não é suficiente. O IDEB atua enquanto um importante instrumento das políticas educacionais, avaliando o ensino ofertado, os resultados apresentados através dos índices das escolas, são utilizados para se (re)pensar as práticas pedagógicas desenvolvidas, não somente no que se refere a números, mas na possibilidade de promover ações que gerem um melhor desenvolvimento dos alunos no ensino.

Palavras-chave: IDEB. Avaliação. Qualidade do Ensino.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino sempre foi um assunto muito discutido, tanto pelo governo, quanto pela sociedade. As verificações do andamento do exercício educativo é constante e fundamental para se comprovar se os objetivos planejados foram alcançados. O avanço ou o regresso dessa qualidade é medido por indicadores, os quais são responsáveis de avaliar e divulgar os resultados que qualificará o ensino dos estados e municípios (FERNANDES, 2007).

É avaliando as escolas distribuídas em todo o território nacional, que o governo direciona as políticas públicas para a educação. Além disso, através do IDEB pode-se acompanhar se as metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estão sendo alcançadas, tendo em vista, que apenas escolas com baixo IDEB são contempladas com

os recursos do PDE. Ademais, muitas instituições recebem prêmios como recompensa por alcançarem ou superar a meta estabelecida (PAZ, 2010).

Através desses resultados, o Ministério da Educação encaminha recursos para às escolas priorizando as que estão abaixo da média e, conseqüentemente, maior necessidade de melhoria do sistema, como é o caso dos recursos do PDE. É notável que mesmo no decorrer desses dez anos, o Brasil ainda apresenta dados preocupantes quanto à educação básica (FERNANDES, 2007).

Com base nessa discussão, o presente estudo motivado a partir da disciplina: Política e Planejamento da Educação, no terceiro período do curso de Pedagogia UERN/CAMEAM, objetiva discutir a relevância do IDEB enquanto medidor da qualidade do ensino em uma escola estadual da cidade de Pau dos Ferros/RN.

É necessário promover debates e discussões sobre os indicadores que visam determinar a qualidade da Educação Básica através de um índice. A escola escolhida para pesquisa é da rede estadual e, situa-se no município de Pau dos Ferros/RN. E nos anos de 2007 a 2015 não conseguiu atingir a meta proposta para o IDEB.

Percebe-se assim, a necessidade de entender como se dá a qualidade do ensino oferecido na educação básica mediante um indicador que é referência nacional, o IDEB. Indicador esse, que por um lado recebe enormes críticas ao estabelecer um resultado e uma meta que determina se o ensino é ou não de qualidade. Mas que por outro lado, pesquisadores e educadores ainda assim, acreditam que é preciso estabelecer padrões e critérios de avaliação da educação como uma forma de monitoramento do sistema de ensino no Brasil.

Os resultados obtidos estão expostos em tópicos, sendo eles: “O que é o IDEB? E para que serve?”, onde discutiremos sobre a estrutura desse indicador e os critérios necessários para estabelecer o índice das escolas; “O IDEB e sua relação com a qualidade do ensino”, traremos um debate sobre como é possível através de um indicador, determinar a qualidade do ensino; e “IDEB e qualidade do ensino na Escola Estadual Bom Menino”, que discute os resultados da pesquisa realizada, e, apresenta-se de acordo com a organização temática das informações coletadas, sendo elas: “Desenvolvimento de atividades a fim de melhorar a qualidade do IDEB” e “O IDEB como medidor da qualidade do ensino”.

2 METODOLOGIA

Possui uma abordagem qualitativa, que de acordo com Richarson (2012), pesquisas dessa natureza visam investigar e entender a natureza de determinado fenômeno social. E

aqui, buscamos debater o estabelecimento de um índice que determina se uma escola possui, ou não, um ensino de qualidade.

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e de campo. Bibliográfica por ser, de acordo com Richardson (2012), uma análise na literatura disponível, seguido de uma produção escrita. Tal análise, foi realizada com base nos referenciais: Fernandes (2007) e Paz (2010), busca compreender o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

E de campo, pois conforme destaca Richardson (2012), caracteriza-se por ir de encontro a realidade e analisá-la tal qual ela se encontra. Procura compreender a relevância do IDEB enquanto medidor da qualidade do ensino ofertado, a pesquisa foi realizada em uma escola estadual da cidade de Pau dos Ferros/RN, aqui denominada de: “Escola Estadual Bom Menino”.

Os sujeitos partícipes foram: o diretor, a coordenadora pedagógica, e um professor. Estes, foram nomeados como: P1, P2 e P3, respectivamente, após responderem a um questionário semiestruturado, com perguntas abertas/discursivas. A intenção ao escolher tais indivíduos, foi obter através dos olhos da gestão e do corpo docente, a relevância que é atribuída a esse indicador diante o espaço escolar, enquanto caráter de medidor da qualidade do ensino oferecido na educação básica da instituição.

3 O QUE É O IDEB? E PARA QUE SERVE?

De acordo com o Inep, foi somente a partir de 2007 que houve a criação dessa ferramenta, o chamado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o qual veio para avaliar os resultados de aprendizagem e estabelecer metas para melhoria do ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB tem como principal objetivo, monitorar a qualidade dos sistemas de ensino, e para isso, faz-se uso dos fluxos escolares e aprendizagem escolar para avaliação. A média desse Índice varia de 0 a 10 e é calculado a partir dos dados de aprovação do Censo Escolar e pelo cálculo realizado através das notas obtidas nas avaliações aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb (PAZ, 2010).

3.1 Censo Escolar e sua relação com o IDEB

O censo escolar é uma das principais ferramentas para observar as necessidades escolares dos alunos e a mais eficaz, de acordo com o INEP. É utilizado por todas as escolas nacionais, até mesmo as particulares, para identificar a regularidade do ensino. A coleta dos

dados para essa análise acontece quando os alunos se matriculam nessas escolas e quando eles estão em período de aula, onde será medida a situação de cada aluno, se ele está participando diariamente das aulas e, com isso, o índice de desenvolvimento escolar de cada aluno será levantado no final do ano letivo (BRASIL, 2015).

O Censo Escolar é um dos meios mais importantes para que os profissionais possam analisar como anda a educação, e por isso, está à frente das políticas públicas, servindo de referência para que o IDEB possa estabelecer uma média, juntamente com os resultados das demais avaliações realizadas.

3.2 Sistema de Avaliação da Educação Básica/SAEB (ANRESC/ANEBA/ANA) e o IDEB

O Saeb funciona por meio de avaliações feitas anualmente em escolas brasileiras, para diagnosticar como o aluno está se desenvolvendo em sala de aula, procura saber quais são os fatores que causam os atrasos desses alunos, e busca ajudar as localidades de ensino a fornecerem uma educação de qualidade (PAZ, 2010).

O Saeb é formado por uma organização de avaliações, são elas: a Anresc (Avaliação Nacional de Rendimento Anual) ou Prova Brasil, a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) e o ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização).

Segundo Paz (2010): “A Prova Brasil tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos” (p. 4-5).

Esses testes da Anresc, são aplicados à alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas, rurais ou urbanas, que possuem no mínimo 20 discentes matriculados, abrangendo assuntos voltados para Língua Portuguesa e Matemática, além de um questionário socioeconômico, no qual os estudantes fornecem informações a respeito do seu estado social, esse exame é aplicado a cada dois anos. De acordo com o MEC os professores e diretores das turmas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho. Esses dados estão disponíveis e podem ser observado como as escolas vêm obtendo desempenho em suas avaliações (BRASIL, 2015).

Já a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), vale-se do mesmo mecanismo de exame utilizado pela Prova Brasil/ANRESC e também é aplicada em escolas rurais ou urbanas e com a mesma periodicidade. Porém, passam a ser avaliados além do 5º e 9º do

ensino fundamental, o 3º ano do ensino médio, já que essa avaliação pretende medir a eficiência, assim também como a qualidade e equidade da Educação Básica (BRASIL, 2015).

Diferentemente da Anresc que abrange todas as escolas públicas, a Aneb é aplicada através de uma amostragem, ou seja, as escolas são escolhidas por meio de sorteio, e as redes particulares também passam a serem avaliadas. Participam do sorteio as escolas na qual as turmas possuem de 10 a 19 alunos matriculados no 5º e 9º ano do ensino fundamental, e para o 3º ano do ensino médio, devem estar matriculados pelo menos 10 discentes, esse é o critério aplicado para as escolas públicas, visto que, para as particulares, necessita-se de ao menos 10 alunos tanto para a avaliação do ensino fundamental, quanto para a do nível médio (BRASIL, 2015).

No SAEB há outro tipo de avaliação, a qual é denominada de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), essa avaliação já aconteceu três vezes, até o ano de 2016, é aplicada em escolas públicas rurais e urbanas, com os alunos do 3º ano dos anos iniciais e busca avaliar o desempenho desses alunos em Língua Portuguesa (escrita e leitura) e em Matemática, que além de medir a proficiência dos alunos nessas áreas de conhecimento, vem saber como se deu a formação da alfabetização de cada aluno e também produzir novas estratégias para a melhoria desse ensino (BRASIL, 2015).

Essa avaliação é aplicada a todos os alunos matriculados do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, incluindo alunos com algum tipo de deficiência. No caso das escolas multisseriadas, é aplicado apenas uma amostra, ou seja, será selecionada apenas uma escola para a aplicação dessa avaliação, em que além de medir o nível socioeconômico da escola, também examina como se dá a formação docente no local (BRASIL, 2015).

O INEP é o responsável pela correção dos exames aplicados, onde no site do mesmo, pode-se encontrar os resultados de cada escola na qual essa avaliação foi aplicada.

Essas três avaliações, juntamente com os dados de aprovação do Censo Escolar, servem de parâmetro para se estabelecer a média do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, que determinará a qualidade do ensino oferecido pelas instituições, ou seja, esse índice é uma combinação entre os indicadores de fluxo e de proficiência (PAZ, 2010).

4 O IDEB E SUA RELEVÂNCIA ENQUANTO MECANISMO DE MEDIDA DA QUALIDADE DO ENSINO

Antes se ouvia falar muito em “Educação para todos”, durante muitos anos foram investidos recursos para ampliação e implementação do ensino em todo o território nacional,

pois o objetivo era tornar ao alcance da grande maioria da população uma educação pública e gratuita. Hoje alcançamos um grande patamar, no que diz respeito ao acesso ao ensino, porém, a grande preocupação é a forma como esse ensino está se desenvolvendo e promovendo a aprendizagem dos alunos. Em outras palavras, a qualidade dessa educação oferecida (FERNANDES, 2007).

Como cita Paz (2010):

O desafio atual do ensino fundamental não se situa mais em termos de acesso à escola e sim na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade. Dessa forma, o principal objetivo da educação passa a ser a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos, ou seja, assegurar-lhes as condições de sucesso escolar (p. 10).

A qualidade do ensino oferecido será o responsável pelo sucesso escolar do educando. Porém, como saber se essa educação oferecida está sendo de qualidade? Eis que foram elaborados os sistemas de avaliação, que visam justamente “avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos” (PAZ 2010, p.4).

E aqui surge uma grande crítica a esse sistema, pois se o IDEB deve medir a qualidade do ensino ofertado com base em testes padronizados, fica muito mais fácil “treinar” alunos para responderem a uma prova, do que construir uma formação crítica. Percebe-se que muitas instituições de ensino estão fazendo justamente isso, digamos que “ludibriando” o sistema de avaliação, já que estão formando indivíduos para responderem mecanicamente a um teste e deixando de lado a formação cidadã, crítica reflexiva, social, cultural (PAZ, 2010).

Não podemos deixar de reconhecer que este indicador é de fundamental importância, para que as escolas se sintam motivadas a desenvolverem metodologias capazes de superar a evasão escolar, e a sequência de reprovação dos alunos. Assim cita Fernandes (2007, p. 16): “incentiva as unidades escolares (escolas e redes de ensino) a operarem com baixas taxas de reprovação [...]”.

Porém, precisa-se considerar também, que o decorado e o treinado mecanicamente para responder questionários, não define a qualidade do ensino. Pois, do que adianta um ensino que se preocupa mais em capacitar alunos para obter notas elevadas em testes padronizados, do que garantir a permanência de modo eficaz desse discente no ambiente escolar? De nada vale um ensino mecânico, sendo que o que precisamos mesmo, é da construção de sujeitos críticos, reflexivos, capazes de agirem diante a sociedade (PAZ, 2010).

5 O IDEB E QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA ESTADUAL BOM MENINO

Através do trabalho de campo desenvolvido na Escola Estadual Bom Menino da cidade de Pau dos Ferros/RN, foram obtidas respostas que virão promover um debate acerca do desenvolvimento da qualidade do ensino, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Pau dos Ferros, cidade da escola onde realizamos a pesquisa, é um município localizado no Alto Oeste potiguar, conta com 13 estabelecimentos de ensino da rede estadual. A instituição escolhida para investigação, atende ao ensino fundamental a partir dos anos finais, com aproximadamente 103 alunos e 20 funcionários. Dispõe de equipamentos tecnológicos, como computadores, projetores, câmera fotográfica, entre outros. Além de desfrutar de uma biblioteca, laboratório de informática e acesso conveniente para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

O questionário foi aplicado ao diretor, a coordenadora pedagógica e a um professor. Os mesmos serão identificados como P1, P2 e P3, consecutivamente. O intuito na escolha de tais indivíduos, foi obter por meio da perspectiva da gestão e do corpo docente, a relevância que é atribuída a esse indicador mediante o espaço escolar.

Nos próximos tópicos, apresentaremos uma discussão acerca de questões primordiais as quais foram submetidas os funcionários da referida escola. Tais pontos como a importância do IDEB enquanto medidor da aprendizagem, bem como seu grau de relevância para o ensino-aprendizagem, e quais atividades podem, e, são realizadas dentro da instituição para melhorar esse índice e, conseqüentemente, a aprendizagem dos seus alunos.

5.1 Desenvolvimento de atividades a fim de melhorar o índice do IDEB

É evidente que muitas escolas desenvolvem atividades com o objetivo de alavancar positivamente os índices das avaliações, como Paz (2010) destaca: “a obtenção dos níveis mais elevados de qualidade constitui-se no entrelaçamento de políticas distintas” (p. 9).

De acordo com os sujeitos P1, P2 e P3, a escola a qual investigamos não elabora nenhuma estratégia específica, porém, enquanto o P2 cita que: “A escola desenvolve práticas na perspectiva de melhorar o ensino como um todo”, o P3 relatou que: “[...] os conteúdos são trabalhados nas disciplinas”. Nesse primeiro momento, encontra-se um ponto que merece destaque, pois, enquanto a P2 ressalta que a intenção da escola é melhorar a qualidade do ensino como um todo, o P3 acrescenta que os conhecimentos dos testes aplicados são

trabalhados na disciplina. Surge a dúvida: Afinal, a escola trabalha ou não, em busca de melhorar os resultados do IDEB?

Essa dúvida, porém, se torna ainda maior no momento que ambos respondem sobre se a escola desenvolvia projetos com o objetivo de melhorar o índice do IDEB, mais uma vez a P2 negou e afirmou novamente que as práticas desenvolvidas buscam fomentar a aprendizagem dos alunos: “A escola busca desenvolver práticas para melhorar a aprendizagem dos alunos independente do IDEB”. Porém, novamente o P3 trouxe uma resposta que compromete a resposta da P2: “Projetos não, mas sim iniciativas. Provas simulados, discussão das provas anteriores e o trabalho dos conteúdos”.

Quanto a isso, não nos restam dúvidas, a escola desenvolve sim alguma “iniciativa” ou “prática”, que ajude os alunos nos momentos de responder os testes padronizados, causando assim uma interferência no resultado que definirá a qualidade da devida instituição. O P2, tentou de alguma forma não deixar transparecer essa questão, o P1 nem chegou a responder, já o P3 apresentou-nos até mesmo exemplos, que é o caso dos simulados que eles realizam, ou discussões dos testes anteriores.

É interessante que haja essa discussão dos testes anteriores, para que o estudante possa ter noção do seu erro e do que precisa melhorar. Porém, vale ressaltar, que trabalhar apenas simulados e correções de provas de uma forma descontextualizada, ou seja, sem o objetivo de promover uma construção social do indivíduo, é o mesmo que apenas desenvolver um treinamento, formar robôs para a realização das provas.

Destaca-se ainda que o Estado tem contribuído negativamente para o favorecimento da escola no resultado do IDEB, tendo em vista que os testes oferecidos pelo SAEB, são avaliações voltadas na área de língua portuguesa e matemática e segundo os três entrevistados, a escola estava até recentemente com carência de professor de língua portuguesa e ainda se encontra sem professor de matemática. Sendo assim, fica difícil para os alunos, pois, por mais que tenham simulados e debates dos testes anteriores, nada adiantará se não tiver professor formado na área específica das disciplinas, para lecionar aos alunos devidamente, fornecendo não apenas orientações para responder a um teste, mas sim, construindo conhecimento e desenvolvendo a aprendizagem juntamente com o educando.

Além disso, percebe-se também que a evasão escolar é um fato que compromete o resultado da escola, de acordo com o P1, atualmente existe pouca evasão escolar, mas mesmo assim, isso é uma das causas que contribui negativamente para o IDEB, já que nos últimos anos não têm conseguido atingir a meta estabelecida. Embora não seja possível justificar a partir de uma única visita os motivos para tal afirmativa no que diz respeito à evasão.

Segundo o P3, muitos alunos não comparecem no dia da realização da aplicação das provas, isso interfere diretamente no resultado: “[...] em uma das edições da prova, praticamente metade da turma faltou, o que influenciou negativamente no resultado”.

Portanto, percebe-se que a escola busca desenvolver iniciativas que venham ajudar no resultado dos índices do IDEB. Mesmo com falta de apoio e atenção necessária do Estado, a devida instituição busca atingir as metas estabelecidas, buscando meios de vencer as barreiras como: a evasão escolar, a falta de comprometimento dos alunos em “contribuir” respondendo os testes e a carência de professores.

5.2 O IDEB como medidor da qualidade do ensino

O IDEB atua como um medidor da qualidade do ensino ofertado pelas instituições educacionais, através da média que ele estabelece com base no censo escolar e nas avaliações realizadas. As escolas que não conseguem atingir a média, ou a meta estabelecida, são rotuladas por não oferecerem um ensino eficiente, capaz de gerar bons resultados.

Além disso, por meio desses índices é possível comparar a aprendizagem e o nível de conhecimento de um aluno, com alunos de outros estados, municípios e escolas. Sabendo-se disso, foi visto que a importância dada pela escola sobre o IDEB de acordo com as respostas dos respectivos entrevistados P1, P2, P3, é relevante. De acordo com a fala do P3: “[...] é um índice de referência que envolve os diversos setores, recursos, práticas e organizações escolares [...]”. Diante disto, percebe-se como essa escola, entre tantas outras, atribui um grande significado para este Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no qual o mesmo autodetermina os níveis de aprendizagem dos alunos em: avançado, adequado, básico e abaixo do básico, possibilitando uma avaliação perante os resultados.

Embora agreguem significado e importância, duas das respostas obtidas mostrou insatisfação quanto a esse método avaliativo como requisito para medir a qualidade do ensino. A seguir segue a resposta do P1 onde enfatiza: “[...] não considero suficiente. O estado precisa monitorar o trabalho realizado pelo professor em sala de aula, pois existe uma grande negligência dos docentes no processo de ensino aprendizagem”.

Nesse sentido, percebe-se que esse sujeito acredita que há uma grande negligência por parte dos professores ao não exercerem corretamente seu papel em sala de aula, e culpa o Estado por não “monitorar” os mesmos, ou seja, como a avaliação do IDEB é voltada para os alunos, P1 sente a necessidade de um acompanhamento no desenvolvimento da prática pedagógica do professor.

É interessante como os sujeitos responsáveis sempre são, ou apenas os alunos ou apenas os professores. Sem querer aqui defender a classe dos professores, pois é do conhecimento de todos que há muitos profissionais que não honram o papel que exercem, porém, precisamos entender que o ensino é o resultado de uma série de fatores, que sim, inicia no professor, nos métodos escolhidos, na didática em sala de aula, mas não depende apenas do docente, nem apenas do discente. O ensino é um processo de construção de conhecimento entre o professor, o aluno, a escola, a família e a sociedade no geral, que somente pode acontecer e se desenvolver de forma eficiente, se se contar com a ajuda e a parceria entre a escola, a família e a comunidade.

Não podemos exigir que o resultado de um índice seja satisfatório quando “a escola pública apresenta os mesmos problemas de sempre, infraestrutura deficiente, professores mal remunerados, um ensino de baixa qualidade, e índices de evasão muito grandes” (PAZ, 2010, p. 12).

O sujeito P1 destaca ainda que o Estado não faz pela categoria de professores e mesmo assim exige um ensino ao qual não é fornecido. Seguindo por essa linha de raciocínio o P3 vê que o cenário atual de ensino e as próprias instituições “[...] cobram uma avaliação e uma prática global, reflexiva e contínua e esse método ignora isso”. Ou seja, em sala de aula os professores são cobrados a terem uma prática que englobe todos os fatores que auxiliem numa boa aprendizagem por parte de seus alunos. Esse índice como requisito para medir a qualidade do ensino é contraditório, e por esse viés cabe à resposta da P2 a qual afirma: “Quando o IDEB avalia apenas as disciplinas de português e matemática fragmenta o conhecimento, como também não avalia as reais necessidades das escolas”.

Entende-se, portanto que esse método avaliativo não engloba todos os fatores de fundamental importância no processo de ensino aprendizagem. Consequentemente acaba ignorando o que há de maior fragilidade no meio escolar. Sendo assim, com base nas duas respostas obtidas, isso porque o P1 ignorou a última pergunta sobre as melhorias advindas para a instituição mediante esse índice, chegou-se a seguinte conclusão: A escola Bom Menino utiliza-se dos dados resultantes das provas do IDEB e refletem sobre o que há de errado, e por consequência, levou a tal pontuação. No entanto, não é a única forma pela qual a escola se baseia para melhorar a prática dos professores e o ensino de maneira geral. Há planejamento com base nos índices e também existem outras formas que norteiam para o desenvolvimento da prática pedagógica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) vem adquirindo ao longo de sua existência uma grande importância enquanto indicador da qualidade do ensino ofertado. Os resultados apresentados através dos índices das escolas, vêm sendo utilizados como uma forma para se pensar ou repensar as práticas pedagógicas, não somente no que se refere a números, mas na possibilidade de desenvolver ações que possam promover um melhor desenvolvimento dos alunos, no ensino.

A forma como as escolas vêm preparando seus educandos para as avaliações externas de aprendizagem, aponta a relevância que o IDEB vem obtendo. Essa preparação, é algo que compromete a avaliação do ensino e a aprendizagem dos alunos, tendo em vista que é uma das principais críticas ao IDEB, já que se pode muito bem preparar seus alunos para responder um questionário padronizado. Torna-se assim um ensino defasado, posto que há uma preocupação não quanto a real aprendizagem dos alunos, mas com os resultados que se espera atingir com os testes aplicados. Isto, numa determinada concepção de educação, pois para fins de mensuração isto não é questionável.

Diante disso, fica difícil adquirir ao IDEB o caráter de medidor de qualidade, pois, como se pode medir a qualidade do ensino e, conseqüentemente, da educação, através de um teste que se pode manipular?

Torna-se complicado admitir, mas necessário, pois deve-se levar em consideração que através desses resultados, muitas escolas se sentem motivadas a desenvolverem políticas, que venham permear a importância da permanência na escola, diminuindo dessa forma a evasão escolar. Assim também, como o desenvolvimento de um planejamento, que possa garantir uma educação inclusiva, uma vez que a repetência escolar exclui o aluno, desmotivando-o a permanecer na escola, não apenas no sentido de estar lá, mas de fazer valer sua presença.

A avaliação da qualidade da educação, não pode ser responsabilidade apenas dos alunos, mas deve ser um crescimento contínuo de reflexão a respeito da escola ao todo. Tanto no que se refere aos seus erros e seus acertos, ou seus obstáculos do dia a dia. Assim também como seus progressos e a maneira como o educador faz uso das suas práticas pedagógicas, fazendo acontecer o desenvolvimento da aprendizagem. Mas sobretudo devemos entender, que essa qualidade somente se desenvolverá se houver uma parceria entre escola, a família e a sociedade, pois não se pode realizar um trabalho independente dos atores que compõe o ambiente.

Sendo assim, percebe-se que a educação básica ainda carece de muita atenção, pois estar na escola não é garantia de educação de qualidade. É preciso fazer com que o aluno

perceba a importância da permanência na escola, de nada adianta promover um ensino para todos, se esse ensino for fragmentado. Precisa-se de um ensino de qualidade, que não se obtenha somente através de resultados de índices, pois eles apenas determinam o desenvolvimento das ações pedagógicas.

O ensino de qualidade deve fluir através de investimentos diretamente na educação, com capacitação dos professores e demais servidores, além de recursos voltados para estrutura escolar, que venham favorecer o desenvolvimento do ensino. Mas enquanto esse “ensino de qualidade” não é contemplado, os professores acabam se tornando os responsáveis pelos resultados negativos, e os gestores os promotores dos resultados positivos. Essa contradição promovida pela sociedade, favorece mais ainda a discussão, pois afinal, o IDEB é mesmo um medidor de qualidade da educação? Pode-se levantar esse questionamento para que todos possam refletir mediante os dados apresentados nesta pesquisa, e uma vez que, como todo sistema, o IDEB apresenta pontos positivos e negativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: 2015. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Brasília: 2015. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Avaliação Nacional de Rendimento Escolar – Prova Brasil (ANRESC)/Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Brasília: 2015. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: 2016. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2017.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília – DF, 2007.

PAZ, Fábio Mariano. **O Ideb e a qualidade da Educação no Ensino Fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas**. 2010

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.